

# PRAIA VERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**PRODUÇÃO DISCENTE**  
NO PPGSS-UFRJ

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

---

**REITOR** Roberto Leher

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA** Leila Rodrigues da Silva

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

---

**DIRETORA** Miriam Krenzinger Azambuja

**VICE-DIRETORA** Elaine Martins Moreira

**DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO** Mavi Pacheco Rodrigues

## REVISTA PRAIA VERMELHA

---

### EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

### EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

### EDITORES AD HOC V.29 N.1 (ESPECIAL)

Alejandra Pastorini **UFRJ**

Rosemere Maia **UFRJ**

### EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

### REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Apresentação)

Renan Cornette

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

### CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



[praiavermelha.ess.ufrj.br](http://praiavermelha.ess.ufrj.br)



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 1 (ESPECIAL)  
2019  
Rio de Janeiro  
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 1 (ESPECIAL)	p. 1-472	2019
------------------------	----------------	-------	-----------------	----------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



**CC BY-NC-ND 4.0**

[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Publicação indexada em:

**IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

ccn.ibict.br

**Base Minerva UFRJ**

minerva.ufrj.br

**Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

revistas.ufrj.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

---

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

# PRAIAVERMELHA

## **EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS NA GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

PROFESSIONAL EXPERIENCES OF SOCIAL WORKERS  
IN THE MANAGEMENT OF UNIVERSITY OUTREACH IN BRAZIL

**Bárbara Zilli Haanwinckel**

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 1 (ESPECIAL)	p. 339-364	2019
------------------------	----------------	-------	-----------------	------------	------

## **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo apresentar, a partir dos desafios postos à educação e extensão na contemporaneidade, o mapeamento realizado em 2016 das assistentes sociais que atuam no corpo técnico das pró-reitorias de extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (IPES) e algumas experiências profissionais na gestão da extensão universitária, no desenvolvimento da política de extensão nas diferentes regiões do país.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Serviço Social. Educação. Extensão Universitária. Gestão.

## **ABSTRACT**

This article aims to present, from the challenges faced by education and outreach in contemporary times, the mapping carried out in 2016 of the social workers who work on the Outreach Deanships technical team of the Higher Education Public Institutions in the management of university outreach and some professional experiences in the management of university outreach, on the outreach policy development in different regions of the country.

## **KEYWORDS**

Social Work. Education. University Outreach. Management.

Recebido em 16.01.2018

Aprovado em 19.09.2018

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como base o cenário da educação superior na contemporaneidade, considerando os desafios frente ao processo crescente de mercantilização da universidade pública e seus impactos no exercício da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Pereira (2007) registra o processo de expansão e de mercantilização do ensino superior na década de 1990 e o início do século 21, nos governos de Cardoso a Lula. Apresenta o pressuposto do ideário de reforma do Estado, partindo do princípio de que a educação como um bem público deveria ser oferecida tanto pelas instituições públicas como pelas privadas. Essa concepção teve impacto inclusive no financiamento privado para as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, assim como no financiamento público (direto ou indireto) para as IES privadas.

O processo de expansão e mercantilização<sup>1</sup> da educação superior caracteriza um conjunto de ações identificadas através de dois grandes eixos temáticos:

O empresariamento da educação e a certificação em larga escala. O primeiro eixo expressa a privatização e mercantilização da educação superior através (i) do aumento do número de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI; (ii) da privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades empresas e fundações de direito privado e (iii) do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de

---

1 Conforme apresentado por Pereira (2016, p. 32) o conceito de mercantilização é aqui entendido como “processo de exploração do ensino superior pelo capital como um serviço mercantilizado, isto é, colocado na rota do processo de produção/reprodução do capital, na lógica do valor”. Considera ainda que esse processo é progressivo e se opera de maneira especial nos países de periferia capitalista cujo processo de escolarização é tardio e encontra um público consumidor no setor privado mercantil. Relaciona o movimento de expansão do setor privado à redução do investimento estatal na educação pública via ajustes fiscais.

pós-graduação da CAPES e do CNPq. O segundo eixo temático – a certificação em larga escala – pode ser identificado em ações como a EAD e o REUNI (LIMA, 2012, p. 23).

Iamamoto (2012) discorre sobre o desfinanciamento do ensino público superior, com a subordinação da educação à acumulação capitalista, o que compromete a qualidade do ensino superior e da docência universitária, na medida em que a pesquisa e a extensão passam a não ser funções prioritárias da universidade. Aponta a tendência de que a pesquisa se desloque predominantemente para a pós-graduação como mestrado e doutorado. Discorre ainda sobre a questão da autonomia universitária, que é pensada de maneira restritiva a uma dimensão gerencial e financeira. Esta institui uma lógica de organização social à universidade por meio de cumprimentos de metas estabelecidas por contratos de gestão com estreitamento da universidade à lógica empresarial por meio do financiamento de pesquisas, prestação de serviços, dentre outros.

Nesse sentido, sublinha-se a mercantilização do conhecimento em nome da produtividade, o que se distancia das funções reais da universidade pública, sobrepondo a pesquisa sobre as demais, inviabilizando a indissociabilidade (MARTINS, 2006). A autora defende, portanto, a organicidade das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão como “fundamento metodológico do ensino superior”. Para tal é preciso atenção para que estas não se convertam em atividades em si mesmas com distintos *status* acadêmicos.

Para tal, faz-se necessário o entendimento de cada dimensão enquanto constitutivas da formação acadêmica, sem desconsiderar as possíveis diferenças existentes nas formas de financiamento, recursos humanos e materiais entre as instituições de ensino superior pelo Brasil.

Severino (2002) corrobora ao debate a partir da compreensão da extensão em sua relação intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho universitário e como uma exigência desse processo formativo. Muitos são os desafios postos à extensão universitária, mesmo

considerando o seu reconhecimento no âmbito legal e institucional ao longo da história recente.

Portanto, faz-se mister o processo de construção democrática da extensão e seus processos avaliativos junto aos professores, estudantes, técnicos administrativos e comunidade em geral, nas ações, sendo elas no âmbito dos cursos, projetos, programas e eventos. É preciso, para tanto, o questionamento constante dos proponentes das ações sobre o público-alvo a quem se destina a ação e sua relevância, considerando o impacto dela para a sociedade e para a universidade no que se refere às transformações produzidas pelas ações de extensão.

Cabe considerar o campo heterogêneo da extensão universitária, nos diferentes sujeitos e saberes envolvidos, permitindo ao mesmo tempo o exercício da interdisciplinaridade e o desafio de pensar em ações de trabalho em prol dos interesses da coletividade. Cabe a indagação constante sobre em que medida a extensão avança em prol desses interesses e o impacto dessas ações na formulação, implantação e acompanhamento de políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional.

Nesse sentido, alguns dos resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam no corpo técnico da extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras vêm ilustrar essa discussão. A partir da análise de algumas experiências profissionais e de caminhos percorridos na gestão da extensão universitária, objetivou-se trazer ao debate experiências no desenvolvimento da política de extensão nas diferentes regiões do país.

## **O MAPEAMENTO DA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS PRÓ-REITORIAS DE EXTENSÃO PELO BRASIL**

Como ponto de partida, a pesquisa pretendeu identificar em âmbito nacional, a existência do assistente social, técnico administrativo em educação, no corpo técnico das pró-reitorias cujas instituições eram

pertencentes ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX.

Apresenta-se, a seguir, um mapeamento do universo das pró-reitorias de extensão por região brasileira e por esfera governamental referentes às IPES integrantes do FORPROEX. Verifica-se a predominância de instituições federais, com maior frequência nas regiões Sudeste e Nordeste, como pode ser visto na Tabela 1.

**TABELA 1** Distribuições das IPES por região e esferas de governo, 2016.

REGIÃO	ESFERA DE GOVERNO			TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	
Centro-oeste	5	3	1	9
	4,1%	2,4%	0,8%	7,3%
Nordeste	22	14	1	37
	17,9%	11,4%	0,8%	30,1%
Norte	10	5	0	15
	8,1%	4,1%	0,0%	12,2%
Sudeste	26	9	2	37
	21,1%	7,3%	1,6%	30,1%
Sul	16	9	0	25
	13,0%	7,3%	0,0%	20,3%
TOTAL	79	41	3	123
	64,2%	32,5%	3,3%	100,0%

Fonte: RENEX. Acesso em: 14 jan. 2016.

O artigo 211 da Constituição Federal prevê atribuições distintas em termos do sistema de ensino, cabendo aos estados e ao Distrito Federal atuar prioritariamente no ensino fundamental e ensino médio<sup>2</sup> e à União e aos Municípios em regime em colaboração com os

2 Includo pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996.

demais entes. Em contrapartida, a instância estadual assumiu em várias regiões uma presença expressiva em termos do ensino universitário. Essa função, quando não acompanhada de autonomia administrativa e capacidade de gestão orçamentária, tende a gerar processos adversos, como o que se instalou no Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, comprometendo, não apenas a extensão, mas as demais atividades consideradas prioritárias da universidade.

**TABELA 2** IPES que apresentam assistentes sociais por região, 2016.

REGIÃO	SIM	NÃO	SEM CONTATO	TOTAL IES
Centro-oeste	75%	25%	0%	8
Nordeste	74%	26%	0%	38
Norte	60%	33%	7%	15
Sudeste	84%	16%	0%	37
Sul	80%	16%	4%	25
TOTAL	76%	22%	2%	123

Fonte: Dados coletados pela autora durante o período da pesquisa, entre junho e dezembro de 2016.

Conforme um dos objetivos do estudo, que foi o de mapear nacionalmente a existência de assistentes sociais nas pró-reitorias de extensão, a Tabela 2 representa as IPES que apresentam assistentes sociais por região. Pode-se perceber que várias instituições, representando diferentes regiões do Brasil, não possuem o profissional de Serviço Social atuando na pró-reitoria de extensão. Destaque para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que concentram a presença da maior parte das assistentes sociais que atuam no corpo técnico das pró-reitorias de extensão.

No mapeamento realizado, das instituições que responderam não possuir assistente social lotado(a) no corpo técnico da gestão da extensão, dezessete verbalizaram espontaneamente via correio eletrônico ou ligação telefônica que este(a) profissional estava lotado nas pró-reitorias de assistência estudantil ou em setor de recursos

humanos. Isto pode estar relacionado ao fato de que nestas pró-reitorias são requisitadas atividades mais relacionadas às atribuições privativas da profissão de Serviço Social, a partir do entendimento da atuação do assistente social mais restrita ao atendimento direto à população para acesso e permanência, conforme apresentado:

O/A profissional de Serviço Social nos últimos anos tem sido requisitado, entre outros motivos, para atuar em programas e projetos governamentais e não governamentais voltados para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada. As políticas de cotas e ações afirmativas; as análises socioeconômicas que subsidiam a isenção de taxas de inscrição e a destinação de bolsas de estudo; as políticas de assistência estudantil (bolsas, alimentação, moradia, transporte) [...] (CFESS, 2011, p. 51).

<b>TABELA 3</b> IPES que apresentam assistentes sociais por esfera governamental, 2016.				
<b>NÍVEL</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>SEM CONTATO</b>	<b>TOTAL IES</b>
Federal	76%	23%	1%	79
Estadual	78%	20%	3%	40
Municipal	75%	25%	0%	4
<b>TOTAL</b>	<b>76%</b>	<b>22%</b>	<b>2%</b>	<b>123</b>

Fonte: Dados coletados pela autora durante o período da pesquisa, entre junho e dezembro de 2016.

A Tabela 3 representa as IPES que apresentam assistentes sociais por esfera governamental. Basicamente, 22% das instituições, sendo elas federais, estaduais e municipais, possuem presença de assistentes sociais nas pró-reitorias de extensão.

A Tabela 4 apresenta a distribuição das IPES que possuem assistentes sociais por região e esferas de governo. Observa-se que do total de 27 IPES, pôde-se identificar a existência do profissional com maior preponderância no Nordeste (esferas federal e estadual)

e em sequência no Sudeste e no Norte, com maior quantitativo de profissionais. Isso também pode se justificar pelo maior número de IPES nessas regiões.

**TABELA 4** Distribuições das 27 IPES que possuem assistentes sociais (22% do total de 123 IPES) por região e esfera de governo, 2016.

REGIÃO	ESFERA DE GOVERNO			TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	
Centro-oeste	0	1	1	2
	0,0%	3,7%	3,7%	7,4%
Nordeste	8	2	0	10
	29,6%	7,4%	0,0%	37,0%
Norte	3	2	0	5
	11,1%	7,4%	0,0%	18,5%
Sudeste	5	1	0	6
	18,5%	3,7%	0,0%	22,2%
Sul	2	2	0	4
	7,4%	7,4%	0,0%	14,8%
TOTAL	18	8	1	27
	66,7%	29,6%	3,7%	100,0%

Fonte: Dados coletados pela autora durante o período da pesquisa, entre junho e dezembro de 2016.

Cabe considerar que, após o mapeamento inicial por correio eletrônico e telefone, foi identificada a existência de 50 assistentes sociais lotados em 27 das 123 pró-reitorias de extensão das IPES, como pode ser visto na Tabela 5. Foi possível contatar e ter retorno de 26 assistentes sociais. O total é de 121 instituições, pois em duas delas não foi possível o contato pelo fato de o número telefone e o endereço eletrônico não serem compatíveis e/ou não terem dado retorno.

**TABELA 5** Distribuição das assistentes sociais por IPES, 2016.

NO DE AS	NO DE IES	TOTAL DE AS
0	94	0
1	15	15
2	3	6
3	7	21
4	2	8
Total	121	50

Fonte: Dados coletados pela autora durante o período da pesquisa, entre junho e dezembro de 2016.

Com base no discurso das entrevistadas, assim como no contato telefônico com algumas pró-reitorias, observa-se que algumas trouxeram uma visão baseada na indiferenciação entre qual profissional pode atuar no corpo técnico da gestão da extensão, não identificando necessariamente demanda explícita à requisição do profissional de Serviço Social. Considera-se ainda o campo de atuação heterogêneo e multidisciplinar da extensão, em que distintas profissões são chamadas a intervir.

Aderiram voluntariamente à entrevista quinze assistentes sociais de quatorze IPES, pois duas entrevistas foram de profissionais lotadas na mesma IPES. Cabe destacar que as entrevistas foram realizadas do período de junho a dezembro de 2016, sendo que em dois casos as assistentes sociais entrevistadas haviam deixado de atuar nas pró-reitorias de extensão há alguns meses. Das assistentes sociais que aderiram às entrevistas, há maior concentração quantitativa de profissionais nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste do Brasil, conforme pode ser visto na Tabela 6. A adesão ocorreu devido a fatores como disponibilidade e interesse em participar na pesquisa.

**TABELA 6** Quantitativo de assistentes sociais que trabalham na Pró-Reitoria de Extensão e as entrevistadas por região, 2016.

REGIÃO	TOTAL	ENTREVISTADOS
Centro-oeste	2	1
Nordeste	18	3
Norte	14	3
Sudeste	10	3
Sul	6	5
TOTAL	50	15

Fonte: Dados coletados pela autora durante o período da pesquisa, entre junho e dezembro de 2016.

Quanto ao número de assistentes sociais presentes no corpo técnico das pró-reitorias de extensão, a maior parte está presente em IPES federais e estaduais, conforme apresentado na Tabela 7. Cabe considerar que apesar de serem entrevistadas duas assistentes sociais de IPES municipais, para fins de registro só foi contabilizada uma assistente social em uma dessas IPES, pois a outra havia se desligado das atividades da pró-reitoria de extensão próximo ao período da realização da entrevista. Em duas IPES as AS não atuavam mais na pró-reitoria de extensão no período da realização das entrevistas. Duas assistentes sociais foram entrevistadas na mesma IPES.

**TABELA 7** Quantitativo de assistentes sociais que trabalham na Pró-Reitoria de Extensão e as entrevistadas por nível, 2016.

NÍVEL	TOTAL	ENTREVISTADOS
Federal	31	7
Estadual	18	7
Municipal	1	1
TOTAL	50	15

Fonte: Dados coletados pela autora durante o período da pesquisa, entre junho e dezembro de 2016.

Cabe destacar, na conclusão do mapeamento realizado das IPES que possuem assistentes sociais em seu quadro técnico da gestão da extensão, a constatação de um maior número de profissionais nas pró-reitorias de extensão cujo título apresenta, além do nome “extensão”, os nomes “cultura”, “assuntos comunitários” e “assistência estudantil”. Com base nas entrevistas realizadas, percebeu-se que as assistentes sociais lotadas em pró-reitorias de extensão e de extensão e cultura descreveram atividades mais relacionadas à gestão da extensão, e as lotadas em pró-reitorias de extensão e assuntos comunitários e extensão e assistência estudantil estão mais voltadas para atividades relacionadas à assistência estudantil. Cerca de um terço das entrevistadas<sup>3</sup>, apesar de estarem lotadas em pró-reitorias de extensão, exercem atribuições profissionais no campo da assistência estudantil.

Eu fui direto pra Pró-Reitoria de Extensão, fiquei uns três anos na assistência estudantil, cheguei a coordenar uma diretoria de integração estudantil, tomar conta também, eu era também responsável por tomar conta de todo processo da casa do estudante. E fiquei acho que até 2011 lá, mais ou menos, foi 2011. Até que passei pra diretoria de programas e projetos de extensão que no momento lá estava com uma ausência de técnicos (Entrevistada Beatriz, junho/2016).

(...) cada *campus* tem pelo menos um, acho que só um *campus* que ainda não tem, ninguém quer ir lá pra longe. (...) eu me restringia à parte de planejamento, de decisões mais gerais assim. Não a parte prática de ir lá fazer a entrevista, de ir lá fazer a análise socioeconômica, eu participava desse comitê de assuntos estudantis; tem uma cadeira para pró-reitoria de extensão, então eu era membro (Entrevistada Ângela, julho/2016).

É porque eu faço os projetos de extensão, que dentro dos projetos de extensão eu consigo ter algumas coisas dessa parte dos assuntos estudantis (Entrevistada Gloria, julho/2016).

---

3 Cabe destacar que todos os nomes utilizados para denominar as entrevistadas são fictícios.

Nota-se que, do quantitativo de 50 assistentes sociais identificadas pela pesquisa via correio eletrônico e telefone atuando recentemente na gestão da extensão das IPES municipais, estaduais e federais pertencentes ao FORPROEX, muitas possuem requisições de trabalho relacionadas à assistência estudantil, cujas atividades estão mais vinculadas à realização de estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais, dentre outras. Buscou-se, no entanto, a partir das experiências profissionais no campo da gestão da extensão universitária, conhecer e aproximar o debate em torno das competências profissionais, cuja atuação não é exclusiva ao âmbito do atendimento direto à população. A pesquisa qualitativa realizada traz algumas vivências de assistentes sociais que atuam na gestão administrativa do Estado, em funções relacionadas à coordenação, à gestão e à formulação de políticas.

## **OLHARES E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS NA GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Em um segundo momento, a pesquisa qualitativa abordou os anos e o histórico de atuação na extensão, as ações atuais desempenhadas, a compreensão acerca da extensão e da profissão de Serviço Social inserida nesse campo de atuação, com vistas a identificar a contribuição da formação desse profissional para o campo da extensão universitária.

A partir do relato das entrevistadas, foram abordados aspectos como a dimensão conceitual da extensão e suas diretrizes, a partir de suas inserções nas diferentes realidades regionais do Brasil. Considera-se, para tanto, o acúmulo crítico e a contribuição do assistente social no desenvolvimento e consolidação da política de extensão universitária. Nesse sentido, pontua-se a participação de algumas das assistentes sociais entrevistadas no tocante à construção de uma memória da extensão ao longo dos anos a partir de sua inserção ocupacional. Na análise das entrevistas, constatou-se que em dez delas as assistentes sociais tiveram o campo da gestão da extensão como primeira lotação a partir de seu ingresso na universidade.

Algumas das entrevistadas trouxeram nos seus discursos uma memória do período inicial de implementação da extensão, por meio de um convênio da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>4</sup> com as universidades federais e estaduais e com requisição de atuação de assistentes sociais nas pró-reitorias de extensão.

[...] na época o concurso ocorreu porque tinha um convênio com a antiga LBA e eles exigiam que a coordenação desse programa que tinha um recurso que vinha da LBA, tinha que ser uma assistente social. E nós fizemos um trabalho bem interessante lá de defesa de direitos, de organizar creches, unidades de base de saúde que não tinha [...] (Entrevistada Iara, agosto/2016).

[...] 35 anos atrás, nós trabalhávamos, nós coordenávamos projetos de extensão nos municípios, nas comunidades e municípios circunvizinhos [...] a Legião Brasileira de Assistência, através desse convênio que fizemos concurso, entramos na universidade através desse convênio que nós trabalhávamos com os alunos em municípios daqui da região. [...] aí com o passar do tempo nós, a extensão, foi incorporando outras concepções e ficou bem assim claro aquela relação teoria e prática que entra até na nossa definição do que é extensão universitária. Aí nós começamos a trabalhar nas políticas, e na política de extensão da universidade e os trabalhos se tornaram projetos de extensão, que são propostos por docentes nos departamentos. E nós saímos de campo, quem ficou trabalhando no campo foi os docentes com os alunos e nós acabamos nos tornando profissionais trabalhando mais nas políticas (Entrevistada Olga, junho/2016).

---

4 Conforme o jornal *Folha de São Paulo* de 21 de outubro de 1995, mesmo com a extinção do Ministério do Bem-Estar Social, ao qual a LBA era vinculada, ela inicialmente ficou sob a responsabilidade da Previdência até a conclusão de seu inventário. O patrimônio da LBA foi transferido para os Estados e municípios. Os servidores foram transferidos para outros órgãos do Ministério da Previdência e Assistência Social e no Instituto Nacional de Seguridade Social. Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/21/brasil/16.html>>. Acesso em: fev. 2017. A LBA foi extinta pela Medida Provisória nº 813 em 01/01/1995 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, após diversos escândalos fraudulentos ocorridos no governo anterior.

Porque a gente começou realmente com projetos bem assistencialistas quando nós começamos como assistente social aqui [...] através desse convênio com a LBA. Eram projetos assistencialistas que a gente desenvolvia na comunidade. Claro, o aluno ia, a gente trabalhava, era um trabalho muito mais presente nas comunidades (Entrevistada Olga, junho/2016).

Esse debate traz elementos importantes de análise sobre o desenvolvimento da extensão, marcado inicialmente por uma dimensão considerada assistencialista, de prestação de serviços essenciais à população nas comunidades, a uma atuação voltada para a construção da política de extensão em toda a sua dimensão processual. Isso pressupondo uma concepção de extensão baseada em um processo acadêmico indissociável ao ensino e à pesquisa. Outro aspecto importante levantado por uma das entrevistadas diz respeito à relação entre teoria e prática, associando-a à definição de extensão comunitária, que pode ser encontrada inclusive no Plano Nacional de Extensão Universitária (2001). Portanto, é na relação dialógica com a sociedade, na produção dos saberes acadêmico e popular, que se amplia o conhecimento a partir do confronto com a realidade local. A extensão é, assim, instrumentalizadora do processo dialético entre teoria e prática (FORPROEX, 2001).

A atuação do assistente social aparece marcada em algumas faixas como mais próxima da comunidade do território. Há de se questionar se o fato de a atuação profissional ter se direcionado para o âmbito da implementação, avaliação e monitoramento da política de extensão implica em um afastamento do olhar sobre o território e sobre os sujeitos envolvidos em suas demandas. Parte-se do princípio de que é também o conhecimento da realidade local que dá substrato para o desenvolvimento de ações e a consolidação da política de extensão no território.

Desloca-se assim o foco de análise das atribuições privativas estabelecidas tradicionalmente e demandadas à intervenção do Serviço Social para uma dimensão do trabalho profissional cujas competên-

cias não lhe são exclusivas. No tocante à extensão universitária, seu público-alvo prioritário é de moradores de territórios populares em contextos de desigualdade social, cujas expressões são matéria-prima de intervenção do assistente social.

Pode-se constatar, a partir das falas das entrevistadas que possuem uma trajetória mais extensa na gestão da extensão universitária, uma incorporação dessa memória da extensão como parte de sua própria identidade profissional naquele espaço ocupacional. Isso traz elementos de análise crítica por parte desses profissionais sobre os desafios e avanços no campo da extensão, sobre a compreensão desta como dimensão acadêmica que precisa ser difundida, estabelecendo uma relação dialógica com a comunidade não apenas no plano formal.

A pró-reitoria de extensão ela foi criada com os assistentes sociais [...] um assistente social que entrar sabe porque a gente fez parte da construção dentro da universidade, então quando a gente entrou era a coordenadoria de assuntos culturais aí virou diretoria até chegar pró-reitoria, sabe, então quer mexer comigo fale mal da extensão sabe, ficou uma coisa assim meio matriarcal, meio de mãe, meio de... sabe, eu acho que nós temos muito que fazer à universidade, muito à reitoria, tem muito que contribuir, tem muito que crescer [...] não sei se porque eu assumi a extensão uma coisa assim muito minha. São 30 anos trabalhando nisso não tem como não assumir não tem como não dizer sim: 'Ó não fale mal da extensão' ou 'Pare, sente estude' [...] eu sempre digo a extensão cabe em qualquer lugar qualquer curso qualquer tipo de atividade basta se parar para pensar então às vezes tem um projeto lá e o professor manda como um projeto de extensão que são as definições que a gente usa né, mas daí chega lá não ele não tem um envolvimento com a comunidade (Entrevistada Lurdes, junho/2016)

Outro aspecto a considerar é a coexistência de práticas e concepções “antigas e novas” no que se refere aos avanços na compreensão da extensão, ou até mesmo o seu possível desconhecimento

no âmbito universitário. Percebe-se ainda, nas falas, a crítica a uma concepção assistencialista, de prestação de serviços e transmissão de conhecimentos, contida nos programas como Rondon e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)<sup>5</sup>, existentes em algumas localidades. Percebe-se, na análise das entrevistadas, traços de continuidade de práticas assistemáticas e não vinculadas necessariamente de forma orgânica ao processo acadêmico-formativo dos estudantes.

[...] E a minha torcida é pra que cada vez mais profissionais se envolvam. Porque a gente vê ainda muito fragilizada essas atuações, por exemplo, o Projeto Rondon eu ainda tenho muitos questionamentos assim. Tu vai lá, faz uma atividade numa praça pinta a praça, vai na escola, pinta a escola e aí o que que ficou disso, sabe? Então, a inserção do profissional, ela qualifica, faz o aluno repensar qual que é realmente o papel dele. Por que aquela pessoa está naquela situação, o que a gente tem a ver com isso? Que o governo tem a ver com isso? Pra mim só qualifica, eu espero que cresça assim o envolvimento dos profissionais (Entrevistada Ângela, julho/2016).

[...] mas Rondon ele entrou como projeto de extensão um programa de extensão mas ele não tem espaço físico como tem o CRUTAC, sabe? Então, e hoje eu acho também que o CRUTAC também não devia ter espaço físico administrativo; ele é um projeto como outro qualquer [...] primeiro momento tinha muito mais atividades, tinha acontecia atividades de Serviço Social; o Serviço Social puxava era carro chefe também dentro do CRUTAC dentro do Rondon, já era ele já veio de uma forma diferenciada já aconteceu o Rondon nunca foi vinculado à pró-Reitoria de extensão ele acontecia tinha um coordenador que era externo para reitoria. [...] no meu ponto de vista precisa de muito para chegar a ser extensão o projeto Rondon para mim é uma atividade que eles reúnem os trabalhos dos acadêmicos e vão lá e

---

5 Os programas CRUTAC e Projeto Rondon foram instituídos no período ditatorial e fizeram parte do processo de institucionalização coordenada da extensão, sob o ideário de desenvolvimento e segurança nacional.

prestam aquela coisa aquele serviço imediato que eu não discuto se é prioridade se não é e tal, mas o problema é que eu vejo que eles voltam e não tem mais contato com aquela comunidade (Entrevistada Lurdes, junho/2016).

Em contrapartida, outra entrevistada trouxe a importância de que a extensão “beba” do pensamento de Paulo Freire, para que possam ser vivenciados em sua proposta metodológica, como também nas práticas de gestão, os diferentes saberes dos sujeitos relacionados no processo.

A universidade é uma polaridade. A cultura é enraizada, em termos de extensão ainda ser um pouco viés de assistência. [...] então, a gente procura ver um pouco essa visão freiriana na nossa prática, seja de gestão, que ela seja a mais democrática, o mais plural, reconhecendo ao máximo o saber do outro, seja no projeto de extensão, que a gente tenta fazer um pouco isso. Mas ainda tem muito daquela posição autoritária que a universidade sabe tudo e o povo não sabe nada (Entrevistada Clara, setembro/2016).

Outra dimensão percebida no processo de análise das entrevistas se relaciona à compreensão das entrevistadas sobre as diretrizes da extensão e a sua relação com o processo de trabalho na gestão. Algumas das entrevistadas, ao pensar o conceito de extensão, fizeram referência direta ao referido na Política Nacional de Extensão Universitária, conforme deliberado pelo FORPROEX. Cabe ressaltar que, em outros discursos, essa compreensão veio somada a uma reflexão crítica sobre alguns dos principais desafios postos à sua efetivação no tocante à importância de um projeto institucional nas universidades que reafirme a diretriz da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e que isso esteja incorporado de fato na construção do conhecimento e na interação junto à comunidade.

A extensão ela ainda é algo que não está em pé de igualdade com o ensino e a pesquisa, isso é um ponto e que a gente tem discutido muito isso aqui com nossos docentes, com toda a comunidade aca-

dêmica. Primeiro porque não temos recursos financeiros para fazer o que gostaríamos de fazer. [...] aí a gente também tem trabalhado muito no sentido de desmistificar [...] o que de fato é extensão e o que não é (Entrevistada Carolina, agosto/2016).

[...] acho que a extensão ela tem um quê de se dissipar no ar, sabe? Porque eu acho que o que eu não gosto não, pelo contrário, é que não me cabe por tudo que já vivi, não me cabe pensar mais nas coisas em separado sabe muda o nome de ensino para sei lá qualquer coisa qualquer outra coisa conhecimento e daí diz assim agora é a universidade é só o conhecimento não é mais ensino pesquisa extensão sabe você não tem como fazer uma coisa sem tá ligado a outra eu não eu particularmente não vejo como você fazer ou você dar aula sem você tá envolvido na pesquisa, sem você estar envolvido na extensão (Entrevistada Lurdes, junho/2016).

A diretriz do impacto na formação do estudante está presente na fala das entrevistadas, na formação de profissionais mais qualificados e mobilizados a intervir diante da complexidade e diversidade da realidade social.

Agora, bom, o fato de que a extensão qualifica, ela significa, ela traz um mundo de fora [...]. Eu acho que de todas as experiências que tivemos ao fazer pesquisa com estudantes extensionistas, no depoimento de todos os estudantes é isso: eu me vi no meio profissional, me qualifiquei, houve melhora na oralidade, na exposição, na percepção da realidade, da interação, da intitulação, da significação da sala aula no contexto de projetos de extensão... É uma questão que vem mais recente, mais da multidisciplinaridade dos projetos que também é assim... brilha os olhos do que as pessoas têm discutido, têm feito com colegas de outras áreas... é uma riqueza muito grande. [...] no âmbito externo, pelo menos as pessoas que a gente consegue ter esse contato, sugerem, que essa perspectiva da mobilização, da articulação surge mais facilitada pelo estudante que passou pela extensão. Eu vejo assim que abre muitas possibilidades de qualificar a formação do estudante, de tornar mais acessível, de desmistificar

conceitos, de abrir a compreensão de conceitos que sejam vistos no contexto interno pela extensão (Entrevistada Beth, outubro/2016).

A extensão, hoje eu percebo assim como o principal, como eu posso te dizer, é o canal entre o aluno e a parte teórica, a parte prática e o envolvimento dele com a sociedade. Então, assim, a gente consegue oferecer essa oportunidade, ainda muito frágil assim... é a pró-reitoria que menos tem apoio, que menos tem recurso, mas que a gente consegue se fazer presente e o contato com o aluno seja um pouco mais rico na formação dele. Trabalhar essas questões de cidadania, então eu vejo assim (Entrevistada Ângela, julho/2016).

A gente não desvincula a extensão da formação. O conceito de extensão, ele é um projeto acadêmico, político, social, tecnológico, cultural, interdisciplinar, que faz essa mediação entre o ensino e a pesquisa [...] a gente tenta fazer uma articulação, para que essa indissociabilidade de fato aconteça. E que isso possa contribuir para a formação de um profissional mais consciente, um profissional mais humano, um profissional que faça uma leitura de realidade [...] A gente vê que o estudante que passa por extensão universitária ele não é igual a uma estudante que não passou, ele tem uma visão diferenciada em tudo. [...] que ele possa ser um profissional, além de qualificado, habilitado nas suas funções específicas, ser principalmente um profissional humano, cidadão (Entrevistada Clara, setembro/2016).

Somado a isso, os relatos trazem o papel do ensino na qualificação teórica de estudantes de graduação e pós-graduação, bem como as demais dimensões acadêmicas da pesquisa e extensão, sob a perspectiva de uma universidade socialmente referenciada. Ressalta-se a importância do protagonismo do estudante no processo de aprendizagem, junto aos demais profissionais docentes e técnicos administrativos.

A reflexão abaixo vem ao encontro da diretriz do impacto na transformação social, na medida em que o desenvolvimento das ações de extensão pode contribuir para o desenvolvimento social e regional

e para o aprimoramento das políticas públicas (FORPROEX, 2012).

[...] eu vejo que a extensão universitária é esse compromisso com as realidades socioeconômicas, culturais, dos territórios, município da região. Eu acho que esse trabalho, dessa intervenção, é uma concepção de trazer... Por isso que eu acho que tem trazer uma articulação da produção de pesquisa que existe, para estar contribuindo com o avanço social, que eu sempre faço recorte... vamos ver, da extensão no campo das políticas públicas [...] Esse levantamento de áreas e de temas, está puxando a pesquisa e ensino e trazendo mudanças no espaço, esse compromisso mesmo com a sociedade, com as comunidades, com os segmentos, que a gente vê que alguns setores que colocam, mas é muito focal. Então eu tenho uma concepção que a extensão tem um papel transformador assim fantástico quando você consegue trabalhar, ela traz esse movimento (Entrevistada Iara, agosto/2016).

[...] eu acho que a extensão ela pode ajudar muito no desenvolvimento do nosso Estado, que precisa nós temos aqui indicadores sociais muito difíceis como por exemplo o trabalho infantil nosso estado ela já chegou em primeiro lugar no ranking. A violência sexual ela é também muito alta, a universidade ela pode contribuir e muito. Pra você ter uma ideia, nós não temos nenhuma pesquisa e nenhum estudo no Estado falando sobre essa temática e os reais indicadores, nós temos dados apenas do IBGE. Então a faculdade através da extensão ela pode muito contribuir com isso e desenvolver projetos de extensão pra tentar mudar essa realidade, não é? Então essa é a minha visão, a visão que eu tenho sobre a extensão universitária, precisamos avançar muito ainda (Entrevistada Carolina, agosto/2016).

A última fala aponta para a importância do assistente social para a extensão universitária, na medida em que há um compromisso profissional com práticas democratizantes vinculadas aos interesses da classe trabalhadora. Isso pressupõe, no âmbito da extensão, um “olhar” às demandas do território, para o desenvolvimento das

políticas públicas<sup>6</sup>. Esse “olhar” diz respeito à dimensão investigativa, formativa e interventiva da profissão na leitura dos processos sociais e nas estratégias de enfrentamento.

A gente ainda tem algo que muito próprio da extensão na trajetória do entendimento do que seja extensão, hoje a gente tem uma extensão que é uma via de mão dupla na produção do conhecimento, na troca do serviço então eu acho que o assistente social é um profissional bastante habilitado para transformar, para utilizar da extensão como um instrumento mesmo de transformação. Você pode capturar todo um trabalho de conhecimento, serviços, consultorias que você tem dentro de uma instituição de ensino superior e poder articular isso com as comunidades. À medida que você vê que uma comunidade tem determinadas necessidades ou que aquela ação vai ter um impacto positivo naquela comunidade [...] (Entrevistada Beatriz, junho/2016).

Cabe considerar ainda os desafios do exercício da interdisciplinaridade na construção de trabalhos coletivos e na implementação de ações que dialoguem com os interesses da coletividade. No tocante ao primeiro aspecto, considera-se a multidisciplinaridade presente nos espaços de trabalho do corpo técnico da extensão. Sublinha-se, portanto, o desafio posto quanto ao compartilhamento das especializações das diferentes áreas de saber, rumo à construção de um trabalho interdisciplinar, assim como nas ações de extensão desenvolvidas.

A dimensão acadêmica da formação do assistente social aparece nas falas de forma a corroborar com os processos de trabalho na gestão da extensão universitária.

---

6 Fundamental reforçar que a contribuição da universidade, de intervenção na realidade, não está associada, por princípio, à substituição das funções de responsabilidade do Estado, mas à produção e troca de saberes científicos, tecnológicos, artísticos e filosóficos com a sociedade.

Eu penso que a extensão tem tudo a ver com o Serviço Social, com a forma, com o projeto de trabalho do Serviço Social. Então nessa lógica de ver o que está acontecendo, problematizar, propor, articular, acho que tem tudo a ver com a formação. Tanto é que, por exemplo, o nosso curso aqui é o curso que mais tem extensão na universidade. Nas outras instituições que a gente tem contato com assistentes sociais, é um curso que tem muita proposição e muita articulação (Entrevistada Jurema, novembro/2016).

[...] eu acho que a gente é um profissional muito diferenciado, no sentido assim, de que a gente consegue ter uma leitura da realidade... até na hora de você pensar alguns programas, nos projetos, as pessoas às vezes não entendem que o assistente social vai saber discutir sim orçamento, vai saber discutir toda uma questão de planejamento, das metas, dos objetivos [...] então, eu acho que a gente ajuda muito, a gente tem muito a contribuir (Entrevistada Rose, dezembro/2016).

Cabe sinalizar ainda alguns limites encontrados no cotidiano profissional, além dos que se referem à dimensão do sucateamento do ensino público em seus recursos materiais e humanos, como os desafios relacionados ao trabalho técnico e o docente nas IES. Isso considerando um lugar no qual é muitas vezes colocado o profissional que exerce uma função técnica como apenas executor de atividades relacionadas ao apoio técnico-administrativo. Cabe considerar que não há aqui uma negação à viabilidade de execução destas, porém faz-se necessário reforçar as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operacionais e ético-políticas, investigativas e formativas implicadas na formação e no exercício profissional.

Portanto, é preciso considerar que o assistente social técnico administrativo de nível superior vem atuando na formulação, implementação, avaliação de diretrizes, programas e projetos de extensão universitária, contribuindo, junto aos demais profissionais envolvidos, para o reconhecimento da política de extensão nas IPES. É preciso discorrer ainda sobre o exercício da dimensão acadêmica pelo assis-

tente social na gestão, no que se refere também às possibilidades de realização de trabalhos acadêmicos e demais sistematizações relacionadas à prática profissional e temas ligados a política de extensão universitária. Acrescida a isso, está a participação do assistente social no processo formativo de estudantes em atividade de supervisão curricular de estágio na gestão da extensão universitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar o trabalho do assistente social no âmbito da gestão implica em considerar uma atuação que extrapola a execução terminal de políticas sociais à implementação destas, em sua formulação, planejamento, avaliação e gestão no enfrentamento às desigualdades sociais. Com vistas a isso, a atuação desse profissional deve estar ancorada em uma visão crítica da conjuntura político-econômica e social das políticas públicas brasileiras, com destaque para as de educação e extensão à luz do projeto ético-político profissional.

Nesse sentido, a profissão de Serviço Social dialoga com o campo da extensão universitária, primeiramente por somar-se à luta pelo acesso a uma educação pública de qualidade e para todos, em que o acesso ao conhecimento seja democratizado, com a vivência de uma formação cidadã que articule as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Por fim, traz como um dos princípios fundamentais contidos no seu código de ética profissional o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993).

Sendo assim, este trabalho visa ampliar o debate acerca da contribuição do profissional assistente social ao campo da extensão universitária, em atividades relacionadas à gestão. Acredita-se que sua formação, no âmbito das suas competências profissionais, se soma à luta por uma extensão que dialogue com as demandas sociais contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

- CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação*. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. CFESS, 2011.
- FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras). *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Vol. 1. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária).
- \_\_\_\_\_. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Vol. 7. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2012. (Coleção Extensão Universitária).
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 495 p.
- LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Orgs.). *Serviço Social e Educação*. 1. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2012. p. 01-26.
- MARTINS, L. M. *A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como um dos fundamentos metodológicos do Ensino Superior*. São Paulo: Mimeo, 2006. (Texto Didático).
- PEREIRA, L. D. *Política educacional e Serviço Social: do profissionalismo ao empresariamento da formação profissional*. 2007. 378f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em Serviço Social. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (Orgs.). *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. 1. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016. p. 31-56.
- RENEX (Rede Nacional de Extensão). *Relação das instituições públi-*

*cas ligadas ao FORPROEX* Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/?option=com\\_content&view=article&id=34&Itemid=18](https://www.ufmg.br/proex/renex/?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=18)>. Acesso em: 14 jan. 2016.

SEVERINO. A. J. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. *Interface Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 6, n. 10, 2002, p. 117-124.

\*\*\*

## **Bárbara Zilli Haanwinckel**

Assistente social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

*barbarazh78@gmail.com*

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos  
em papel offset 75g/m<sup>2</sup>, fonte ITC Franklin Gothic,  
tiragem de 500 exemplares.